



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PL 127/2023

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 13-04-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito boa tarde a todos.

Presentes os Vereadores e Vereadoras: Coronel Salles, Rubinho Nunes, Sílvia da Bancada Feminista e Sansão Pereira.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente declaro abertos os trabalhos da 9ª Audiência Pública de 2023, sendo esta a 6ª Audiência Pública ao PL 127/2023 PDE, do Executivo/Prefeito Ricardo Nunes, que dispõe sobre a Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, aprovado pela lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, nos termos da previsão de seu art. 4º.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparência/auditoriosonline e também pelo canal do Youtube TV Câmara São Paulo, pelo Facebook da Câmara Municipal de São Paulo, e pela TV Câmara Canal 8.3.

Essa audiência vem sendo publicada desde 3 de abril no Diário Oficial da Cidade, e em 5 de abril no jornal *O Estado de S.Paulo*, e em 6 de abril no jornal *Folha de S.Paulo*.

As inscrições para participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo em 06 de abril, devendo os inscritos, pelo *site*, participar pela plataforma *on-line*.

O público presente que desejar se manifestar deve se inscrever com a Secretaria da Comissão, aqui, à nossa esquerda. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar na forma regimental. Destaco que esses três minutos são improrrogáveis.

Foram convidados para esta audiência os Srs.: Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, ora representado pelo Sr. Fernando Henrique Gasperini, Diretor de Ordenamento Territorial; Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal da Subprefeituras; João Siqueira de Farias, Secretário Municipal de Habitação; Dr. Marcus Vinícius Monteiro dos Santos, Promotor do Ministério Público do Estado de São Paulo; Dr. Florisvaldo Fiorentino Jr., Defensor Público Geral.

Passemos à audiência pública do PL 127/2023, PDE, tendo como tema Gestão Democrática e Sistema de Planejamento.

Convido, agora, o Sr. Fernando Henrique Gasperini, Diretor de Ordenamento Territorial para que faça suas considerações. Sr. Fernando, o senhor tem acesso à tribuna, desde já agradeço mais uma vez pela presença. Muito obrigado.

O SR. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI – Boa tarde a todas e a todos. Boa tarde, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores.

Essa é mais uma apresentação que fazemos, temática, na Câmara Municipal. Ela é um recorte do mesmo conteúdo apresentado pelo Executivo na devolutiva que foi feita, agora, no início de abril.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas em tela de projeção.

O SR. FERNANDO HENRIQUE GASPERINI – A estrutura é a mesma: Introdução, Linha do Tempo, Processo Participativo, e sobre o projeto de lei trouxemos alguns destaques em relação à temática de hoje, que é do Sistema de Planejamento e de Gestão Democrática.

O Plano Diretor tem vigência de 15 anos. No artigo 4º estava prevista essa Revisão Intermediária, no meio da vigência do Plano, a qual foi iniciada em 2021 e foi concluída, agora, em 2023.

Essa revisão intermediária trata do aperfeiçoamento do plano existente, mantendo todos os objetivos e diretrizes estratégicos que devem ser alcançados até 2029. A revisão do Executivo aconteceu em três etapas sucessivas, com processo participativo iniciado lá em 2021. E, à medida que as etapas vão se sucedendo, o processo vai sendo aprofundado do ponto de vista técnico, do ponto de vista da discussão, até chegar nesse formato de projeto de lei.

Essa é a linha do tempo do processo. Destacamos, em azul, os formatos dos canais de participação, do processo participativo, que envolveram audiências e reuniões presenciais e *on-line*, consultas públicas na plataforma da Prefeitura - Participe Mais - oficinas nas Subprefeituras, seminários, e outras agendas específicas como a agenda indígena.

O material que está em laranja são os documentos técnicos que subsidiaram cada

etapa, como relatórios técnicos, diagnósticos e monitoramento, em que é possível também verificar toda a sistematização das contribuições recebidas por parte da população.

Em relação ao processo participativo, os canais pelos quais nós tivemos o maior número de participações foram o formulário *on-line* e a plataforma Participe+. Ao todo, na última etapa, cerca de 4.400 contribuições foram recebidas e sistematizadas.

Este *slide* traz os artigos da versão prévia da minuta que foram objeto de maior número de propostas de aperfeiçoamento, em destaque para o artigo 15, que é relativo às áreas não computáveis nos eixos, à cota de solidariedade, à alteração dos fatores sociais de planejamento, à composição do Conselho Municipal de Política Urbana, dentre outras.

Já este *slide* mostra os dez subtemas com o maior número de contribuições. Disparado, o tema mais comentado foi o de áreas verdes e do quadro 7 do Plano Diretor; os eixos de estruturação da transformação urbana; o Sistema Municipal de Planejamento; as instâncias de participação, que é objeto da reunião de hoje, e os demais.

Esse processo foi progressivamente sendo aprofundado e, inicialmente, teve como base o diagnóstico e, depois, a definição de um escopo da revisão, a análise técnica, com o trabalho das diversas Secretarias, a elaboração da primeira versão da minuta e, por fim, o encaminhamento à Câmara da versão final do projeto de lei, que tem 75 artigos e é dividido em 12 capítulos.

A partir deste *slide*, a gente começa a mostrar alguns assuntos que têm relação com a reunião de hoje.

A gestão democrática permeia diversos capítulos do Plano Diretor porque ela é uma premissa para a construção, tanto do próprio Plano Diretor como dos Planos Regionais, como a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, os Planos de Intervenção Urbana e demais planos previstos no Plano Diretor.

Este *slide* é especificamente sobre as Zonas Especiais de Interesse Social. Já existe no Plano Diretor vigente a previsão de constituição de Conselhos Gestores, que são necessários tanto para a participação da elaboração dos planos relativos a ZEIS como para o

acompanhamento e o controle social sobre as ações a serem implementadas.

Na revisão, ocorreu uma alteração demandada pela Secretaria de Habitação para que os planos de ZEIS 1 e ZEIS 3 tivessem o mesmo escopo e fossem definidos como planos de ação integrada.

Como eu já mencionei, os planos têm essa competência tanto de elaboração como de aprovação das ações relativas à habitação social nas ZEIS.

Em relação aos Planos de Intervenção Urbana – PIUs, também existe a previsão de gestão democrática tanto na elaboração como na implementação dos planos. Este *slide* mostra que mesmo nos PIUs objetos de pedidos de elaboração por parte de proprietários privados ou de outras esferas de governo, mediante MIP – Manifestação de Interesse Privado ou manifestação direta desses entes federativos, deve ser assegurada a compatibilidade com a Política Urbana, e o Executivo tem que avaliar o interesse público da iniciativa e orientar todas as ações, assegurando a participação social.

A questão que eu mencionei no início sobre os Conselhos Gestores, a realização de planos de ação integrada, também se aplica aos Projetos de Intervenção Urbana. A população pode livremente participar de forma individual ou, em caso já de constituição dos Conselhos Gestores das ZEIS, através do próprio Conselho.

Existem casos de sobreposição de perímetros de ZEIS com perímetros de PIUs dos conselhos gestores das ZEIS através do próprio conselho. Existem casos de sobreposição de perímetros de ZEIS com perímetros de PIUs. Então, a gente tem duas situações distintas dos outros itens que estão neste *slide*. O primeiro é que, em caso de sobreposição de perímetros de Plano de Ação Integrada, estes deverão ser elaborados de forma articulada às disposições do PIU para que as ações previstas componham o programa de intervenções. E a última situação é em caso de sobreposição de perímetros de Planos de Urbanização de ZEIS 1 ou Planos de Intervenção de ZEIS 3, que são as nomenclaturas atuais desses planos e que são distintas, já executados. As ações previstas nesses planos devem ser absorvidas pelo PIU.

Então a ideia foi articular melhor as duas instâncias de gestão democrática, de

participação da população.

Isso se aplica também aos PIU - ZOE onde já existe a previsão de participação de gestão democrática na elaboração. Um segundo tópico, a regulamentação de que os PIUs de ZOE devem ser elaborados previamente ao desencadeamento de procedimentos que visem a concessão de equipamentos públicos e sociais localizados em Zonas de Ocupação Especial como forma de assegurar que a discussão sobre a conversão desses equipamentos, que são na maioria equipamentos antigos que passam por mudanças em relação aos usos, em relação a sua integração com a cidade, também possa correr o processo de discussão pública com participação social.

Em relação ao Conselho Municipal de Política Urbana, houve uma alteração na composição com a inclusão do membro eleito do Conselho Municipal de Pessoa com Deficiência. No Plano Diretor atual existe uma cadeira que é relativa ao Conselho do Orçamento Participativo, que não existe mais. Então, a alteração para incluir o Conselho de Pessoa com Deficiência.

Houve o aprimoramento da conceituação de Plano de Bairro e de sua integração ao Sistema de Planejamento por meio dos respectivos Planos de Ação das Subprefeituras. Então, como integrar os Planos de Bairro ao planejamento constituído no nível dos Planos Regionais das Subprefeituras.

Previsão do procedimento de elaboração dos Planos de Bairro com definição das etapas que permitam análise da sua compatibilidade com a normatização vigente no Plano Diretor, na Lei de Parcelamento de Uso e Ocupação do Solo e no Plano Regional, bem como assegurando a participação social também que é algo que não estava muito claro na redação original do Plano de 2014.

Esses são os tópicos principais que têm a ver com o tema de hoje. Agraço a oportunidade pelo Executivo de poder esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Fernando, muito obrigado pelos esclarecimentos e pela participação.

Passemos, agora, aos participantes inscritos. Indago a secretaria se temos inscritos

pelo sistema virtual ou presencial.

Iniciaremos pelos inscritos pelo sistema virtual, pelo *chat*, em 13/04/2023, convido o Sr. Eugênio Pabst Vieira da Cunha. (Pausa) Ausente. Sr. Adailton Souza dos Santos. Alguém se manifestou pelo sistema virtual? Não.

Quero registrar a presença do Vereador Fabio Riva e também do relator do projeto Vereador Rodrigo Goulart.

Passemos aos inscritos presencialmente. Convido o Sr. Fernando Dainese, do IMA, Instituto de Mídias Avançadas, para que faça uso da palavra no microfone de aparte, à direita, pelo prazo improrrogável de três minutos. O senhor tem a palavra.

Quero aproveitar e destacar aos presentes que quem quiser se inscrever para fazer explicações a nossa secretária está à disposição.

O SR. FERNANDO DAINESE – Obrigado, Presidente.

Como solicitado, Fernando Dainese, do Instituto de Mídias Avançadas.

Quero fazer essa intervenção mais para falar um pouco sobre o que existe no Plano aprovado, em 2014, pela gestão do ex-Prefeito Fernando Haddad. E que é de extrema importância que seja levado em consideração durante essa revisão que acontece agora.

Então, todos aqui sabem que o Plano Diretor é um instrumento para guiar o crescimento produtivo da cidade, fazendo com que a cidade se torne algo sustentável para o cidadão paulistano. Mas temas abordados - e isso é extremamente importante ser levado em consideração - pelo ex-Prefeito e atual Ministro da Economia Fernando Haddad, São Paulo precisa de uma lei municipal que oriente o seu desenvolvimento. Mas, a lei municipal não vai orientar o seu desenvolvimento, a lei municipal vai seguir o que está acontecendo na iniciativa privada, dentre os cidadãos que moram, residem na cidade e vai colocar isso no papel. E não o contrário, o Poder Público não vai guiar o que está acontecendo dentro da cidade. Pelo contrário, os munícipes têm um comportamento e o Poder Público vai escrever isso.

Aqui temos uma outra frase também do Plano Diretor atual: reequilibrar os ganhos de produção de São Paulo e construir desta forma uma cidade mais justa e igualitária.

Reequilibrando os ganhos de produção na cidade, o que estamos fazendo? Afastando a indústria, afastando o comércio, matando o comércio. Se vocês entrevistarem pessoas que trabalham no Centro da cidade de São Paulo, na região da Santa Ifigênia, ali o comerciante não consegue mais trabalhar, virou um caos. Por quê? Por causa da inanição do Poder Público.

Então, é importante percebermos que medidas anteriores autoritárias causaram destruição na cidade, para que se consiga reverter isso, e não se faz isso ressocializando os ganhos de produção. Pelo contrário, se faz isso criando um ambiente de produção para que o cidadão consiga produzir e aí sim levar recursos para o Poder Público.

Outra, aperfeiçoar as regras de construção na cidade, priorizando sempre a dimensão social. Então, até quando vamos priorizar a dimensão social fazendo com que fique praticamente impossível e um cartel de construção civil dentro da cidade de São Paulo, que é isso que existe hoje. Só os grandes conseguem construir dentro da cidade de São Paulo, construtoras pequenas quebram. É praticamente impossível fazer um prédio com essa questão de área verde, Presidente, com essa questão do recuo pedido dentro da cidade. Aqueles prédios, um ao lado do outro, no Centro, praticamente não existem mais. Não se consegue mais fazer, salvo em algumas regiões da cidade.

Toda propriedade deve cumprir sua função social. Essa é uma das premissas do Plano Diretor de 2014, mas a propriedade não é privada? E não temos o Estado para assegurar a propriedade privada? Então, quem tem de dizer o que acontece com a propriedade privada é o proprietário e não o Estado.

E o que é assegurar a função social da propriedade?

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Para concluir, o tempo está esgotado.

O SR. FERNANDO DAINESE – Só um instante. O que é cumprir essa função social da propriedade? Então, esse é um termo subjetivo, quem vai fazer isso é o proprietário alugando e dando fim para isso.

Então, o recado que eu deixo para concluir, Presidente, é que precisamos fazer com que o empresário tenha oportunidade e não seja atrapalhado pelo Poder Público. Tirar esses

entraves que foram feitos no Plano, de 2014, pela antiga Gestão do atual Ministro da Economia Fernando Haddad.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sr. Fernando Dainese.

Foi identificada a presença do Sr. Adailton de Souza, pelo sistema virtual. Então, convido o Sr. Adailton de Souza dos Santos para fazer uso da palavra pelo prazo improrrogável de três minutos.

Mas antes, quero registrar a presença do Sr. Rafael, Técnico do Departamento Geral de Uso e Ocupação do Solo, Deguos, representando o Sr. Alexandre Modonezi. Muito obrigado pela presença.

Sr. Adailton Souza, tem a palavra. (Pausa) Sr. Adailton registrou pelo sistema virtual que, no momento, não vai poder fazer o uso da palavra. De toda forma, agradeço pela presença, Sr. Adailton, e deixo já o convite para que participe das próximas audiências, na próxima terça e quinta-feira, também pelo sistema virtual da Câmara, caso V.Sa. tenha interesse de participar.

Não havendo mais inscritos presentes e pelo sistema virtual, pergunto aos Srs. Vereadores se gostariam de fazer o uso da palavra.

Acabei de ser informado que há uma senhora que gostaria de fazer o uso da palavra. Vamos abrir uma exceção, apesar de não haver o registro, para a Sra. Dona Crenildes.

A SRA. CRENILDES JESUS DA SILVA – Boa tarde. Meu nome é Crenildes e, no momento, estou como Presidente da Associação Futuro Melhor, conhecida pela maioria que estão na Mesa como o Lote 12 da PPP.

Sobre o Plano Diretor, eu não tenho muito a falar. Vejo muitas coisas erradas, mas infelizmente eu não sei como falar que estão erradas. A única coisa que eu sei falar que está errada é a participação popular. Cadê o povo? Gente, o povo não consegue acessar isso. Eu estou aqui hoje porque estou afastada pelo INSS, então eu posso estar aqui hoje, numa quinta-feira, às 17 horas, mas a maioria das pessoas que trabalham não podem estar aqui.

Por exemplo, na zona Sul, fizeram uma audiência no Grajaú para toda a zona Sul.

Eu acho que isso teria que ser feito nas Subprefeituras, como foi feito em 2014.

Eu participei para dar opiniões pelo *site*, mas a maioria das pessoas não tem acessibilidade para falar pelo *chat*. Muitos até têm celular, mas eles não sabem acessar o *chat*. Então, eu creio que essas audiências teriam que ser levadas para os bairros e não a maioria ser feita nesta Casa. Eu sei que é a Casa do Povo, mas não conseguimos vir aqui direto, infelizmente. Portanto, vocês têm que pensar que, se o Plano é feito para a população e pela população, cadê a população? Não está aqui, porque nós não temos acessibilidade para isso.

Se não puder ser mudado nessa interferência deste Plano, que seja feito em 2029, que façam isso nos bairros. Pensem nisso, pensem no povo, não em vocês que estão aqui, que têm acessibilidade. É mais fácil para vocês pegarem o carro e ir até os bairros, mas para eu chegar aqui às 17 horas eu tive que sair de casa às 14h30. Isso porque eu peguei carona com um vizinho que me deixou mais perto, porque se eu tivesse vindo de ônibus eu não teria conseguido chegar no horário.

Obrigada.

O SR. ARSELINO TATTO – Sr. Presidente, registre a minha presença.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigada, Sra. Crenildes.

Registro a presença do Vereador Arselino Tatto.

Para título de esclarecimento às indagações da Sra. Crenildes, com todo o respeito às considerações que ela trouxe, é importante destacar que a Comissão tem realizado audiências públicas nos bairros, inclusive na região central na última segunda-feira. No próximo sábado, haverá audiência pública na zona Norte e nós temos buscado, especialmente nas reuniões que acontecem nos bairros, um horário de fácil acesso, especialmente aos sábados; também durante a semana, o horário é um pouco mais tarde, para garantir o acesso à população.

Neste sábado, haverá inclusive audiência na zona Norte e em Itaquera. As outras comissões também realizarão audiências públicas. E as reuniões que acontecem, como esta na Câmara Municipal de São Paulo, às terças e quintas-feiras, são audiências temáticas, em que nós buscamos trazer representantes do Executivo para falar sobre temas específicos e a

população que se interessa por aquele determinado tema, inclusive, pelo sistema virtual, para que faça as suas considerações.

Pergunto à Comissão se há mais algum munícipe inscrito. (Pausa)

Convido a Sra. Maria Luziele para fazer uso da palavra por três minutos.

A SRA. MARIA LUZIELE – Boa tarde a todos.

Como acabou de falar essa senhora, parece que tudo que dizem que os políticos fazem, que dizem que são a favor do povo, não dá a chance de o povo participar. Muita gente nem sabe onde é esta Câmara. O político, quando está em campanha eleitoral, vai lá no fim, mas, acabaram as eleições, pronto, somem. Está na hora de o povo brasileiro parar com essa ignorância. Votou no cidadão, ele não fez nada, na próxima eleição não vota nele e nem em ninguém que ele esteja apoiando, porque é demais da conta.

Você chega nesta Casa e tem hora de fechar. Você bate num gabinete para pedir uma informação, uma coisa, está todo mundo ocupado, o político não está, o secretário também não pode atender, aí põe aquela gatinha que está lá e que não dá informação nenhuma.

Quanto aos prédios, por que não pegam esses prédios que estão construindo, ou que já construíram, e não põe essas pessoas que estão abandonadas, que realmente necessitam? Tem que ver esse lado também: os que realmente necessitam da moradia.

Esse infeliz aí, esse irresponsável desse Prefeito, mandou tirar todas as pessoas das ruas. Você liga o rádio, liga a televisão, de manhã, e o que você vê? Pessoas chorando porque perderam a única coisa que tinham do pai e da mãe, a fotografia de quando era pequeno, e outras coisinhas. Parece que não são seres humanos. Isso tem que acabar. Estamos numa democracia. Esses políticos que são eleitos e que não fazem pela população, o povo tem que começar a ter consciência, não votar mais neles. Pronto.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Sra. Maria Luziele.

Pergunto à Comissão se há mais algum inscrito. (Pausa) Não há mais inscrito.

Pergunto aos Vereadores presentes se algum colega gostaria de fazer uso da palavra. (Pausa)

Tem a palavra a Vereadora Silvia, da Bancada Feminista.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – A audiência temática de hoje trata de gestão democrática e participação social.

Eu queria dizer que nós, da Bancada do PSOL, desde o primeiro momento que foi anunciado o calendário de audiências públicas, questionamos, primeiramente, o número de audiências públicas – que deveria ser um número maior –, mas questionamos também onde essas audiências públicas deveriam ser feitas e o espaço de tempo que essas audiências públicas deveriam durar.

Qual o problema?

Em relação ao número de audiências, até que o pedido foi atendido, porque as audiências são em número de 53 – 23 audiências públicas pela Comissão de Política Urbana e mais 30 audiências pelas outras comissões.

Qual o grande problema?

A maioria das audiências não são nos bairros – existem seis audiências pela Comissão de Política Urbana que estão sendo nos bairros. Mas, como a própria Dona Nena disse, bairros, em São Paulo, não são um bairro, são regiões enormes, imensas.

No sábado, por exemplo, vamos ter uma nova audiência pública num território da Zona Norte. Mas onde ela vai ser feita? Ela vai ser feita numa parte da Zona Norte, não vai conseguir abarcar todos os bairros da Zona Norte.

Então, o ideal – e nós propusemos isso – era, pelo menos, uma audiência por subprefeitura, para que cada perímetro das subprefeituras tivessem uma audiência pública, o que facilita a vinda da população que quer participar. Não é verdade que a população está alheia. A população quer participar.

E a outra coisa é que essas audiências fossem aos sábados ou à noite, para que a população trabalhadora pudesse participar. Então, realmente, os horários das audiências não estão adequados. Realmente, o local das audiências deveria ser muito mais espalhado pela cidade e não concentrados na Câmara Municipal, e, realmente, o tempo para a gente poder fazer

tudo isso deveria ser maior.

Quando a gente fez o Plano Diretor lá em 2014 foram nove meses de audiências públicas. Agora, somente dois meses. Muita gente fala assim por parte do Governo e da Base do Governo: “ah, mas lá a gente fez o Plano Diretor; agora, é só uma revisão”.

Mas não pode ser que no processo de revisão se tenha menos participação popular do que no processo em que se fez o plano, porque a gente corre o risco – com menos participação popular – de termos uma revisão que, ao invés de contemplar as aspirações da população, principalmente, da população mais pobre, que luta pela moradia, de contemplar aqueles que são mais organizados que são, justamente, o mercado imobiliário, o Secovi, que podem participar das audiências, inclusive, fazem seus *lobbies* com muito mais condição.

Então, nós, da Bancada do PSOL, por conta disso, entramos, ontem, no Ministério Público, questionando a questão do tempo, onde essas estão sendo feitas e, também, onde essas audiências estão sendo feitas e a concentração delas na Câmara Municipal.

Nós só entramos no Ministério Público depois de vários apelos que nós fizemos, tanto na Comissão de Política Urbana, quanto no próprio Colégio de Líderes e Plenário. Então, nós falamos várias vezes, no sentido de sensibilizar a Câmara para que ela aumentasse o prazo do debate em relação à revisão do Plano Diretor, e, também, modificasse os locais das audiências públicas. Alguns bairros foram contemplados, mas a maioria não está contemplada.

Nós esperamos que, inclusive, daqui para a frente, haja uma sensibilidade para que isso seja ampliado, cada vez mais, para os bairros, para que a população possa, de fato, participar e intervir no processo de revisão do Plano Diretor.

Tem outras coisas que eu acho que a gestão democrática coloca. Não vai dar tempo de falar de tudo, mas eu queria ressaltar que, sem democracia e sem participação popular, qualquer processo de revisão do Plano Diretor Estratégico estará ameaçado. Então, garantir a democracia, a participação popular é uma premissa, um princípio de qualquer modificação urbanística na cidade de São Paulo.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Obrigado, Vereadora Silvia.

Queria destacar, enquanto Presidente desta Comissão e, também, como advogado, que entendo ser uma prerrogativa dos Parlamentares, mas, na verdade, de qualquer cidadão, apresentar reclamações ao Ministério Público. Ele, enquanto fiscal, naturalmente, vai fazer a análise que julgar conveniente com a sabedoria dentro do que estabelece o ordenamento jurídico.

Mas é importante destacar que a legislação vigente estabelece o mínimo, inclusive, na jurisprudência, de duas audiências públicas. Nós estamos realizando 53. Todas essas audiências públicas estão ocorrendo dentro da Câmara Municipal e, de maneira descentralizada, em praticamente, todos os bairros da cidade de São Paulo. Neste sábado, teremos audiências públicas acontecendo na zona Norte e em Itaquera na zona Leste. Isso tem acontecido sucessivamente. Hoje, pela manhã, teve audiência pública da Comissão de Finanças; agora, da Comissão de Política Urbana.

Então, dentro do que estabelece a lei e considerando o precedente do próprio Plano Diretor, que ora é revisado, que contou com 47 audiências públicas, hoje nós temos um número recorde de participação popular, de transparência e de debate sobre o assunto, visto que nunca antes na cidade de São Paulo - e me atrevo a dizer nenhuma cidade do país - houve tanta participação popular em audiência pública para debater um único tema. A questão do Plano Diretor vem sendo discutida e debatida pelo Poder Executivo há anos; as demandas trazidas em audiências realizadas pelo Executivo foram analisadas e se somadas as audiências realizadas pela Câmara, a gente chega a quase uma centena de audiências públicas.

Então eu tenho plena consciência de que o Ministério Público vai receber a denúncia, como costuma fazer com todos os procedimentos, que inclusive me valiu muito ao longo da minha carreira, mas tenho tranquilidade que dentro da análise não haverá maiores problemas, haja vista a ampla participação.

Pergunto aos demais Vereadores se algum dos colegas gostaria de fazer uso da palavra.

O SR. SANSÃO PEREIRA – Apenas lembrando que nas 32 Subprefeituras também os munícipes podem entrar ali e fazer as suas sugestões, nas 32 Subprefeituras.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Exato. Por uma sugestão desta Comissão, inclusive, as Subprefeituras disponibilizaram um aparelho de computador em todas as Subprefeituras com acesso à internet, para que o cidadão que eventualmente não consegue participar de uma audiência pública, mas quer trazer uma sugestão, ele consegue acesso ao *site* da Câmara de maneira gratuita, rápida e eficaz, com o auxílio de um técnico do local para fazer a sua sugestão. E também todo e qualquer cidadão pode participar, pelo *site* da Câmara, trazendo as suas demandas, suas sugestões referentes ao Plano Diretor, e também todas as audiências públicas realizadas, em especial as que acontecem às terças e quintas-feiras na Câmara de São Paulo, as pessoas que não conseguem participar presencialmente podem participar pelo sistema virtual, como aconteceu hoje com alguns munícipes e tem acontecido ao longo de todas as audiências.

Tem a palavra o Vereador Rodrigo Goulart.

O SR. RODRIGO GOULART – Presidente, praticamente para encerrar esta audiência temática, com o tema: Gestão Democrática e Sistema de Planejamento, foi muito importante que nesta audiência nós tomamos conhecimento do documento enviado pela Bancada do PSOL ao Ministério Público. A gente sente que nós teremos muitos argumentos sendo provocados pelo Ministério Público para nos defendermos de qualquer questionamento.

Pelo pouco que ouvi desse questionamento, houve requerimentos das Bancadas tanto do PSOL como do PT de audiências públicas. Nós não atendemos o número que eles sugeriram. Nós ultrapassamos o número que eles sugeriram, um deles foi de 45 audiências públicas e o outro dos requerimentos foi de 47. Como dito pelo Presidente, nós realizaremos, ao fim desse processo de revisão intermediário do Plano Diretor Estratégico, o número de 53 audiências públicas, sendo que em todas haverá a participação de todos os Vereadores, inclusive na decisão de onde e como deverão ser feitas as audiências, sejam elas nas regiões, sejam elas aqui na Câmara ou seja lá o local definido por essas demais seis Comissões aqui,

além desta. Teremos, só na nossa Comissão, 23 audiências, mais as 30 das outras seis Comissões, todas conjuntas com a nossa Comissão.

Então é importante que fique a garantia da participação popular por todas as formas colocadas aqui, não só pelas audiências públicas realizadas na Câmara, porque todas terão a participação virtual garantida, seja pelo sistema híbrido ou presencialmente, também com a transmissão, nas demais regionais, sempre pelo YouTube, o canal desta Casa da Rede Câmara, além da acessibilidade nas 32 Subprefeituras e no *site* da Câmara.

Vamos infelizmente aproveitar esta reunião temática, que trata sobre a gestão democrática, para reforçar esse papel da Câmara e de cada um dos Vereadores, que votaram e aprovaram esse calendário nesta Comissão.

Presidente, era isso. Esta audiência teve a participação de algumas municipais presencialmente e, de forma virtual, alguns acabaram se inscrevendo, mas realizada aqui mais uma audiência pública com as contribuições e com a participação de diversos Vereadores também.

Agradeço e me coloco à disposição como Relator, assim como já tenho conversado com diversos dos demais seis Sub-Relatores de cada uma das Comissões desta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

Agradeço, mais uma vez, a todo público presente, aos Vereadores presentes, aos que nos acompanham pelo sistema virtual e também aos que participaram.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Agradeço mais uma vez. Tenham todos uma ótima noite. Reitero o convite para a audiência neste sábado, na zona Norte e em Itaquera, conforme divulgado nos sítios da Câmara Municipal de São Paulo.

Muito obrigado.